



**CÂMARA DOS DEPUTADOS
CENTRO DE FORMAÇÃO, TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM PODER LEGISLATIVO**

Miller Borges Castanheira de Carvalho

**Análise do Fluxo Informacional das Solicitações referentes à Lei de Acesso à Informação no
Departamento de Comissões da Câmara dos Deputados**

Relatório de Intervenção

Brasília
2016

Miller Borges Castanheira de Carvalho

**Análise do Fluxo Informacional de Solicitações referentes à Lei de Acesso à Informação no
Departamento de Comissões da Câmara dos Deputados**

Relatório de Intervenção

Relatório de Intervenção apresentado como requisito parcial para aprovação na disciplina Informação e Parlamento do Curso de Mestrado Profissional em Poder Legislativo, do Programa de Pós-Graduação do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados/Cefor.

Professores: Ricardo de João Braga e Roberto Campos da Rocha Miranda

Área de Concentração: Poder Legislativo

Linhas de Pesquisa: Gestão Pública e Processos Políticos no Poder Legislativo

Disciplina: Informação e Parlamento

Brasília

2016

CARVALHO, M. B. C. Análise do Fluxo Informacional das Solicitações referentes à Lei de Acesso à Informação no Departamento de Comissões da Câmara dos Deputados. 2016. 46 f. Relatório de Intervenção (Mestrado Profissional em Poder Legislativo). Disciplina – Informação e Parlamento. Brasília: Câmara dos Deputados, 2016.

Resumo

O presente estudo visa verificar quais são os desafios à concretização das transparências ativa e passiva, analisando especificamente as dificuldades do Departamento de Comissões em fornecer aos cidadãos todos os custos e detalhes de funcionamento referentes às Comissões Temporárias e Permanentes da Câmara dos Deputados. Ademais, este Relatório de Intervenção delinea os fluxos de informação referentes às solicitações da Lei de Acesso à Informação, com atenção especial àquelas que são remetidas pelo Centro de Documentação e Informação ao Departamento de Comissões. Para o alcance desses objetivos utilizou-se de metodologia descritiva, por meio de pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e entrevistas. Dessa forma, foi possível constatar uma série de dificuldades no atendimento das demandas, à saber, demora no fornecimento da resposta, entrega de informação incompleta, ausência de gerenciamento informacional e imperfeições do sistema computacional responsável pelo gerenciamento dos dados. Procurando reduzir ou amenizar os problemas mencionados, sugere-se: estudar junto ao Centro de Informática a possibilidade de implementação de melhorias no Sistema de Gerenciamento de Gastos em Eventos, avançar em uma gestão informacional em conjunto com a Diretoria-Geral e, sobretudo, propor as instâncias superiores da Casa que as despesas das Comissões sejam disponibilizadas no portal eletrônico da Câmara dos Deputados.

Palavras-Chave: Lei de Acesso à Informação. Fluxo Informacional. Departamento de Comissões. Câmara dos Deputados.

LISTA DE FIGURAS, GRÁFICOS, TABELAS E QUADROS

Figura 1 – Organograma da Diretoria Legislativa.....	9
Figura 2 – Imagem da página disponível no endereço eletrônico da Câmara dos Deputados para solicitações da LAI	21
Figura 3 – Número de solicitações recebidas e finalizadas entre maio de 2012 e abril de 2015	22
Figura 4 – Número de solicitações da LAI finalizadas entre 2013 e 2014 considerando o prazo de resposta	23
Figura 5 – Fluxo Informacional de solicitação da Lei de Acesso à Informação	24
Figura 6 – Fluxograma de uma solicitação de acesso à informação remetida exclusivamente ao Departamento de Comissões	26
Figura 7 – Fluxograma de uma demanda da LAI referente aos gastos de determinada Comissão, que pode ou não possuir despesas não abrangidas pelo AM 33/12.....	28

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AM 31/12	Ato da Mesa da Câmara dos Deputados - N° 31 de 04/04/2012
AM 33/12	Ato da Mesa da Câmara dos Deputados - N° 33 de 11/04/2012
AM 78/13	Ato da Mesa da Câmara dos Deputados – N° 78 de 31/03/2013
AM 126/13	Ato da Mesa da Câmara dos Deputados – N° 126 de 19/12/2013
Art.	Artigo
CD	Câmara dos Deputados
CEDI	Centro de Documentação e Informação
CENIN	Centro de Informática
CF	Constituição da República Federativa do Brasil
COATA	Coordenação de Apoio Técnico - Administrativo
CONLE	Consultoria Legislativa
CONOF	Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira
DECOM	Departamento de Comissões da Câmara dos Deputados
DETAQ	Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação
DG	Diretoria-Geral da Câmara dos Deputados
LAI	Lei de Acesso à Informação
SIGAS	Sistema de Gerenciamento de Gastos em Eventos
SIC-CD	Sistema de Informação Central – Câmara dos Deputados

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
1 Caracterização Organizacional	8
1.1 Breve historia do Departamento de Comissões	8
1.2 Organograma da Diretoria de Legislativa	8
1.3 Caracterização do Departamento de Comissões	10
2 Sustentação Teórica.....	11
2.1 Tipos de Informação no Parlamento.....	15
2.2 Fluxos Informacionais no Parlamento.....	16
2.3 Gestão da Informação.....	17
2.4 Ambiente Informacional.....	20
2.5 Papel da Informação no Parlamento.....	21
2.6 Comportamento Parlamentar e Lei de Acesso à Informação	22
3 Diagnóstico, Método e Análise	24
3.1 Diagnóstico da situação atual	24
3.2 Método de abordagem	33
3.3 Registro das observações e análises	33
4 Proposta de Intervenção.....	35
4.1 Sugestões de aprimoramento	35
4.2 Limitações das ações	36
CONCLUSÃO.....	38
REFERÊNCIAS	39
APÊNDICES	44

INTRODUÇÃO

Diferentes termos têm sido usados para descrever a questão da transparência pública. Liberdade de informação, direito à informação, direito de saber, direito de acesso à informação, entre outros. Todos eles são sinônimos e se referem a uma peça fundamental e estratégica para a realização de muitos outros direitos previstos na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

A Constituição Federal apresenta em três de seus dispositivos (artigos 5º, 37 e 216), o direito de o cidadão receber informações relativas ao poder público (BRASIL, 1988). Assim sendo, pode-se inferir que no Brasil a publicidade não é mais uma questão de escolha dos entes públicos, como se notou durante longa parte de sua história.

Em um estado democrático de direito, os assuntos do Estado interessam a todos os cidadãos. Nesse sentido, a promulgação da Lei nº 12.527 de 18 de novembro de 2011, a chamada Lei de Acesso à Informação foi um grande passo e merece todos os elogios (BRASIL, 2011). Tendo em vista que se trata de uma proposição recente, ainda há um longo caminho até a consolidação e aperfeiçoamento de todos os seus dispositivos, mas a mudança de hábitos e de antigas práticas realmente demanda esforço e tempo. Evidentemente, a lei tem estimulado mudanças positivas, mas muito ainda resta a ser feito na busca por altos níveis de transparência.

A Lei de Acesso à Informação (LAI) tem tornado mais transparente a forma de funcionamento do governo e dado a sociedade a capacidade de fiscalizar com inteligência as ações do Estado. Ao permitir uma ação fiscalizadora responsável, ela pode ajudar a transformar a relação entre Estado e povo.

Seja porque é local de tomada de decisões fundamentais para o país, ou por possuir membros constantemente envolvidos em escândalos de corrupção, a Câmara dos Deputados, é dentre os órgãos da administração pública federal um dos que mais tem despertado o interesse da população no tocante ao seu funcionamento e seus gastos. Nesse sentido, o Departamento de Comissões recebe inúmeras solicitações de cidadãos buscando tomar conhecimento dos valores despendidos pelas Comissões em audiências públicas, seminários, diligências, fóruns de debate, e uma série de outros eventos que são realizados.

A pesquisa trata de alguns problemas e dificuldades encontradas nos procedimentos administrativos durante o fornecimento de informações solicitadas através da LAI,

especificamente quanto às solicitações referentes aos gastos das Comissões Temporárias e Permanentes da Câmara dos Deputados. Os principais deles são: informação fragmentada, informação distorcida e falta de produtos e serviços adequados para disponibilização dos dados em menor espaço de tempo. Acredita-se que o exame dessas situações poderá contribuir para o melhor aproveitamento de tempo e recursos, bem como para o aperfeiçoamento dos procedimentos realizados no Departamento de Comissões da Câmara dos Deputados.

1 CARACTERIZAÇÃO ORGANIZACIONAL

1.1 Breve historia do Departamento de Comissões

O atual Departamento de Comissões foi a princípio denominado de Diretoria de Comissões e durante muito tempo foi parte do extinto Departamento dos Serviços Legislativos, o qual atualmente foi denominado de Diretoria Legislativa. Durante a década de 50, a então Diretoria de Comissões subdividia-se em Seção de Comissões, Seção de Sinopse e Seção de Mecanografia (BRASIL, 1955).

Conforme consta na Resolução nº 10, de 1947, a então Diretoria de Comissões contava naquele ano com 14 comissões permanentes e um número variável de comissões temporárias (BRASIL, 1947). Ao longo dos anos o DECOM¹ cresceu substancialmente e tem em seu quadro atual 24 comissões permanentes, 66 comissões especiais, 10 comissões externas e 5 comissões parlamentares de inquérito, tornando-se um dos principais órgãos da Câmara dos Deputados, dentre aqueles relacionados diretamente à atividade-fim, ou seja, ao processo legislativo.

1.2 Organograma da Diretoria de Legislativa

O endereço eletrônico da Câmara dos Deputados fornece um organograma geral da estrutura administrativa da Câmara dos Deputados, porém este organograma não se estende a nível departamental, finalizando-se em nível de Diretoria (BRASIL, 2016). Por isso, optou-se por desenhar um organograma próprio, a fim de visualizar o posicionamento do

¹ Endereço consultado: < <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes>>. Acesso em 30 mar. 2016.

Departamento de Comissões e toda sua estrutura interna dentro da Diretoria Legislativa da Câmara dos Deputados.

A Figura 1, a seguir, apresenta um organograma reduzido da estrutura da DILEG. De acordo com a Resolução nº 20, de 30 de novembro de 1971 e suas posteriores alterações, a estrutura básica da Diretoria Legislativa é composta por cinco órgãos, a saber, DETAQ, CONOF, DECOM, CEDI e CONLE.

Especificamente quanto ao Departamento de Comissões, este é composto, de acordo com o Ato da Mesa nº 126, de 19 de dezembro de 2013 por: Assessoria Técnico-Jurídica, Coordenação de Apoio Técnico-Administrativo, Coordenação de Comissões Permanentes e Coordenação de Comissões Parlamentares. Importante ressaltar que, com exceção da assessoria técnico-jurídica, todas as três coordenações mencionadas são desmembradas em diversos pequenos ramos.

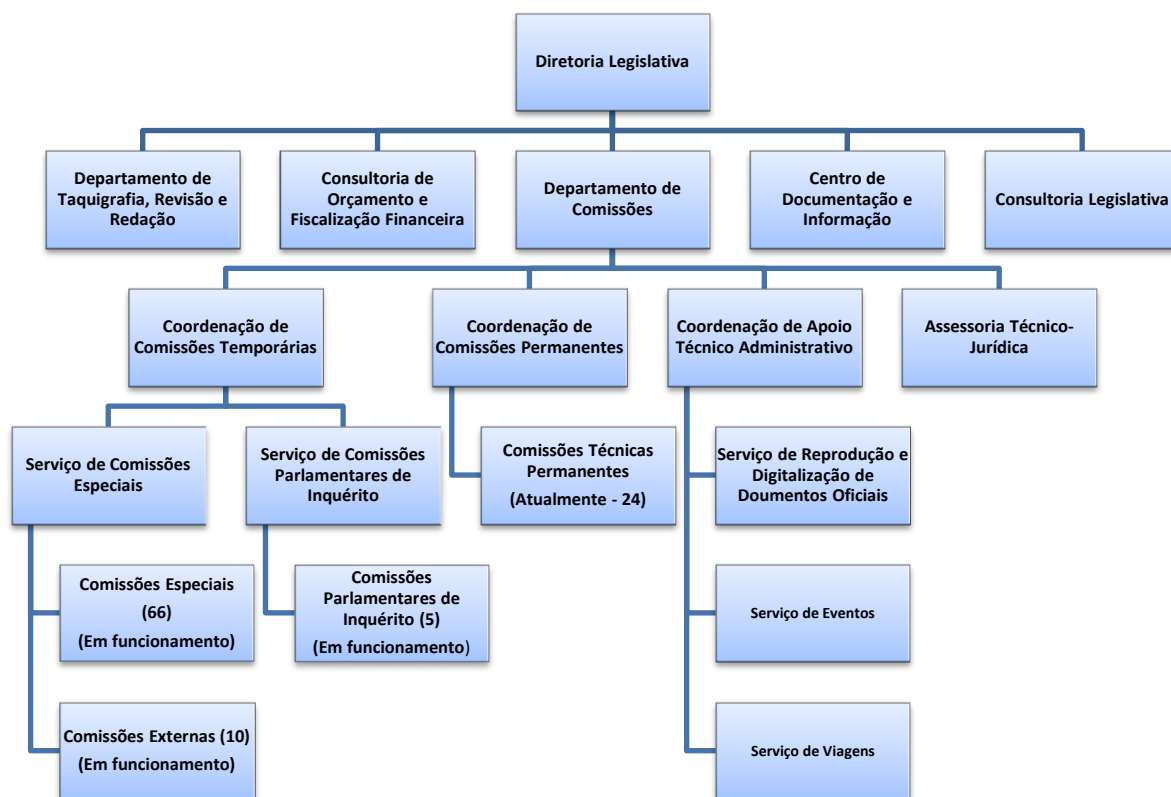


Figura 1 – Estrutura do Departamento de Comissões da Câmara dos Deputados.

Fonte: elaboração própria, com base em informações disponíveis no endereço eletrônico da Câmara dos Deputados (BRASIL, 2016).

1.3 Caracterização do Departamento de Comissões

O DECOM é um dos cinco órgãos que compõem a Diretoria Legislativa, a qual esta, por sua vez, subordinada tanto à Diretoria-Geral quanto à Secretária Geral da Mesa.

O AM 126/13 citado anteriormente e que dispõe sobre a atual estrutura administrativa do Departamento de Comissões não elenca as atribuições deste Departamento. Porém, pode-se afirmar que compete a este órgão prestar apoio administrativo e assessoramento técnico, regimental e constitucional às Comissões Permanentes e Temporárias da Câmara dos Deputados, bem como às Comissões Mistas, de caráter permanente, do Congresso Nacional localizadas nesta Casa (BRASIL, 2016). Ademais, cabe ao DECOM controlar a tramitação das proposições submetidas ao exame das Comissões, por meio de sistema informatizado.

Além disso, é no âmbito das comissões que se apresentam e se estudam todos os dados, antecedentes, circunstâncias e conveniência de uma proposição legislativa. Nas Comissões se possibilita que alguns aspectos sofram ampla discussão e haja mais liberdade para expressão das opiniões e formação do consenso que, emitido sob a forma de parecer da Comissão, poderá orientar o Plenário na apreciação da matéria.

De acordo com Regimento Interno da Câmara dos Deputados, são duas as formas de apreciação de uma matéria, a conclusiva (Art. 24, inciso II), quando os projetos são apreciados somente pelas Comissões, que têm o poder de aprová-los ou rejeitá-los, sem ouvir o Plenário e aquela que é realizada pelo próprio Plenário, quando este é quem dá a palavra final sobre o projeto, após a análise das comissões (CÂMARA DOS DEPUTADOS DO BRASIL, 2016).

Especificamente quanto à Coordenação de Apoio Técnico-Administrativo do DECOM, seção auxiliar do Departamento, compete fornecer apoio administrativo a todo o Departamento, em questões relacionadas aos recursos humanos, patrimônio, tramitação de documentos, bem como gerenciar a utilização e a manutenção dos espaços do Anexo II da Câmara dos Deputados, elaborar previsão orçamentária de viagens e eventos referentes à atividade legislativa das Comissões e ainda, fornecer informações solicitadas através da Lei de Acesso à Informação sobre os gastos e custos de todas as Comissões da casa (BRASIL, 2016).

2 SUSTENTAÇÃO TEÓRICA

A primeira lei de acesso à informação do mundo foi elaborada na Suécia e adotada em 1766. No entanto, apenas nos últimos anos é que se observa uma tendência global à adoção desse tipo de lei. Vários países, em especial aqueles com Constituições mais recentes e os que passaram por transições para a democracia possuem dispositivos específicos que asseguram o direito de acesso a informações públicas em suas Constituições. Na América Latina, a maioria dos países possuem leis de acesso (MARTINS, 2011).

Atualmente dentre os direitos dos cidadãos brasileiros previstos na Constituição Federal, tem-se o direito de acesso às informações públicas, previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da CF (BRASIL, 1988). Entretanto, por um longo período não foi dado ao tema à devida importância, sendo o exercício deste direito dificultado pela ausência de uma lei que regulamentasse os procedimentos e prazos para a divulgação de informações pelos órgãos públicos.

A regulamentação foi feita apenas com a sanção da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, a chamada Lei de Acesso à Informação (LAI), a qual passou a vigorar com efeitos totais apenas em maio de 2012. A partir desta data, o direito fundamental de acesso às informações públicas foi devidamente regulamentado, estabelecendo o dever de o poder público divulgar as informações de interesse coletivo, a chamada transparência ativa, bem como o de atender as demandas que são formuladas pela população, ou seja, transparência passiva (BRASIL, 2011).

A Lei de Acesso à Informação (LAI) é um avanço em matéria de transparência e tratamento de dados referentes às informações públicas e do serviço de informações ao cidadão, ao possibilitar que qualquer pessoa possa ter acesso rápido e fácil a informações oriundas de órgãos públicos. Assim, todo interessado, inclusive pessoas jurídicas, podem solicitar informações referentes às ações de governo diretamente ao órgão público de interesse sem a necessidade de motivação ou justificativa do pedido de informação, bastando somente à identificação do requerente e a especificação da informação requerida (SILVA et. al, 2013).

Tal legislação que foi estabelecida com o intuito de ditar normas para assegurar a proteção deste direito fundamental de acesso à informação pode ser considerada ampla e

progressista. A informação deve ser entendida num sentido amplo, abrangendo, segundo a própria lei, os dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato (BRASIL, 2011).

Visando assegurar o direito fundamental de acesso à informação, a Lei nº 12.527/11 traz em seu art. 3º, importantes diretrizes, dentre as quais podemos citar: observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção, divulgação de informações de interesse público independentemente de solicitações, utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação e fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública (BRASIL, 2011).

A resposta dos órgãos públicos deve ser rapidamente providenciada, tendo facultado a lei o prazo de vinte dias para a resposta, devendo ser seguida das razões da recusa, total ou parcial, do acesso pretendido ou da comunicação de que não possui a informação, indicando, se for do seu conhecimento, o órgão ou a entidade que a detém, ou, ainda, remetendo o requerimento a esse órgão ou entidade, cientificando o interessado da remessa (BRASIL, 2011).

Questão importante diz respeito à responsabilidade penal do agente público em casos de recusa ao fornecimento da informação requerida nos termos da lei, demora deliberada no seu fornecimento, fornecimento intencional de forma incorreta ou imprecisa, imposição de sigilo à informação para proveito pessoal ou de terceiro ou para fins de ocultação de ato ilegal cometido por si ou por outrem e, finalmente, destruição ou subtração de documentos concernentes a possíveis violações de direitos humanos por parte de agentes do Estado (BRASIL 2011). O agente estará, nestes casos, sujeito a uma série de possíveis sanções, como multa e advertência.

Segundo a nova lei, a cultura do acesso envolve tanto o atendimento das demandas formuladas pela população, a chamada transparência passiva do órgão público, quanto o dever de o Estado disponibilizar informações de interesse social, ou seja, transparência ativa:

O direito de acesso à informação impõe duas obrigações sobre os governos. Primeiro, existe a obrigação de publicar e disseminar informações essenciais sobre o que os diferentes órgãos públicos estão fazendo. Segundo, os governos têm a obrigação de receber do público os pedidos de informação e respondê-los,

disponibilizando os dados solicitados e permitindo que o público tenha acesso aos documentos originais indicados ou receba cópias dos mesmos (MARTINS, 2011, p. 234).

A ideia de transparência das ações do Estado tem origem nos pensadores clássicos, que ajudaram a impulsionar a ideia de que um governo aberto promove o papel da participação da sociedade na vida política, em particular no que diz respeito à livre-circulação de informações. Nesse sentido, a LAI tem dois impactos significativos, o primeiro deles diz respeito à diminuição da assimetria de acesso à informação e o segundo trata de transformar o acesso à informação num bem de direito do cidadão a ser suprido pelos órgãos governamentais (ANGÉLICO, 2012).

Na verdade, a Lei de Acesso à Informação pode tornar mais transparente a forma de funcionamento do governo e dar aos diversos grupos da sociedade a capacidade de controlar com inteligência o Estado. Mais que isso, pode dar ênfase aos principais problemas de organização da administração pública brasileira ao permitir uma ação fiscalizadora inteligente e responsável.

É importante pontuar que a lei de acesso à informação não foi criada com o objetivo primordial de combater a corrupção, haja vista não conter em seu texto quaisquer disposições específicas neste sentido. Entretanto, não podemos dizer que a lei não sirva a esta finalidade uma vez que a garantia ao acesso à informação, reflete em uma maior transparência na gestão pública (MEDEIROS et. al, 2014).

O direito de acesso tem papel central no combate à corrupção. A corrupção tem um efeito particularmente perverso em países como o Brasil, pois desencoraja os investimentos estrangeiros, desfalca verbas destinadas à população, além de demonstrar um clima de impunidade. Esses problemas podem ser minimizados por meio de uma administração pública transparente. Além disso, um Estado aberto tende a conseguir ganhos de eficiência e contribuir para uma sociedade menos alienada (MARTINS, 2011).

Ao obter informações dos órgãos públicos, o cidadão tem a possibilidade de acompanhar de que forma o dinheiro público está sendo empregado e, conseqüentemente passa a ser um fiscal da correta aplicação desses recursos. O cidadão é um agente relevante no processo de fiscalização da utilização responsável dos recursos públicos, podendo atuar como elemento limitador da corrupção. Embora o acesso à informação pública não seja

suficiente para o combate à corrupção, mostra-se uma medida indispensável para a promoção de uma consciência cidadã.

Nas sociedades onde existe pouca transparência nos atos da administração pública são comuns as práticas paternalistas, clientelistas, corrupções e outras formas de utilização dos bens públicos para atingir interesses particulares. Isso ocorre porque a melhora do acesso à informação pública e a criação de regras que permitem a disseminação das informações produzidas pelo governo reduzem o escopo dos abusos que podem ser cometidos (STIGLITZ, 2002 apud MEDEIROS et. al, 2014).

Como dito anteriormente, o uso de mecanismos de controle, entre os quais se inclui o direito à informação pública serve, sem sombra de dúvidas, para aproximar o cidadão dos atos governamentais, garantindo maior transparência. Dessa forma, o acesso à informação constitui uma ferramenta auxiliadora para combater a corrupção.

Na realidade, a falta de aptidão ética demonstrada pelos governantes faz surgir cada vez mais à necessidade de mecanismos de controle sociais, dentre os quais está inserida a *accountability*. O termo não possui tradução em português, embora nas palavras de Jardim (1999 apud MEDEIROS et. al, 2014) possa ser definido como o conjunto de mecanismos e procedimentos que levam os tomadores de decisão governamentais a prestar contas dos resultados de suas ações, propiciando maior transparência das políticas públicas.

A *accountability* deve ser compreendida, portanto, como um conceito relacional que envolve, de um lado, a disponibilização de meios, dados e informações por parte do Poder Público e a criação de procedimentos que permitam a participação dos cidadãos na ação política e no controle de seus resultados e, de outro lado, estímulos orientados à transformação da postura passiva do cidadão em ativa (CLÈVE; FRANZONI, 2013).

Angélico (2012) sugere que a transparência não é um fim em si mesmo. Trata-se de um meio utilizado para que se conheça melhor o que se passa no interior das organizações. Em outras palavras, a transparência será tão mais útil quanto maior for a sua contribuição a um sistema de prestação de contas efetivo, que resulte em inferências corretas.

A credibilidade das instituições públicas é pautada na transparência da gestão, aliada a outros instrumentos que reforcem o direito e a possibilidade real de fiscalização da máquina pública, tendo em vista que governos fechados excluem a sociedade do cenário político. Nesse contexto, merece ênfase a adoção de uma postura proativa, baseada em um

governo aberto, o qual consiste em informar o público sobre os seus direitos e promover uma cultura de abertura no seio das instituições. Estes são aspectos essenciais para que a finalidade da legislação sobre a liberdade de informação seja alcançada (HOCH et. al, 2012).

Outro aspecto fundamental em que a LAI pode ter papel relevante, diz respeito ao desconhecimento, por parte dos funcionários públicos, pois ainda que conheçam a lei, muitos resistem a sua implementação, tornando-se barreiras da legislação.

A busca pelo controle das informações aparece como prática recorrente. Isto porque, muitas vezes, as informações sob a guarda da Administração Pública são tratadas como sendo de propriedade do Estado, dos departamentos e em alguns casos dos próprios servidores, que as arquivam em seus computadores pessoais. O controle das informações, especialmente dos bancos de dados, cria um status diferenciado e garante o espaço político dos técnicos dentro de seus órgãos. Por isso, há resistência em disponibilizar informações não só para o público, mas às vezes até para outras áreas da Administração (DA MATTA, 2011 apud ANGÉLICO, 2012, p. 110).

Além do aspecto relacionado ao comportamento dos servidores, a questão da LAI merece consideração em outro ponto, por vezes, pouco explorado pela literatura, o custo de uma solicitação. Na verdade, estimar os custos de determinada solicitação seria uma tarefa bastante complexa, tendo em vista que seria necessário detalhar os custos com material, com manutenção das tecnologias de informação, com os recursos humanos necessários ao bom atendimento das demandas, entre outros.

O mais importante nesse sentido, é que os custos do processo não podem impedir o cidadão de solicitar informações. O custo de ter acesso à informação mantida por órgãos públicos não deve ser elevado ao ponto de desestimular potenciais requerentes, por isso, alternativas devem ser pensadas e empregadas para garantir que isto não sirva de empecilho aos pedidos.

2.1 Tipos de Informação no Parlamento

A informação é um componente intrínseco de quase tudo que uma organização faz. Ela se propaga em tempo real, a todo e qualquer lugar. O papel da informação nos tempos

atuais é de tal forma importante, que ela é por vezes caracterizada como sociedade da informação, tendo em vista que sua base é o informacionalismo (CASTELLS, 2002).

Alguns tipos de informação são primordiais no contexto das organizações legislativas, entre elas, podemos citar, as informações legislativa, parlamentar, eleitoral, política e cidadã. A informação legislativa, por exemplo, é ampla e pode ser entendida basicamente como o resultado do processo legislativo (PASSOS, 2013 apud MIRANDA et. al, 2013).

A informação parlamentar, por sua vez, segundo Queiroz (2007 apud MIRANDA et. al, 2013) é o instrumento para mediar à sociedade e o estado na definição de políticas públicas. Enquanto a informação cidadã, por outro lado, é aquela que amplia a possibilidade de participação da sociedade nos destinos da nação, por meio de acesso a documentos e outros suportes informacionais (MIRANDA et. al, 2013, p. 327).

Tem-se também a informação eleitoral, que está diretamente ligada à ação dos políticos e partidos em relação ao eleitor (BATISTA, 2003 apud MIRANDA et. al, 2013). E por fim, a informação política, que pode ser entendida como uma informação social gerada para influenciar decisões de outras pessoas ou seu grupo político (REICHENSTEIN, 2009 apud MIRANDA et. al, 2013).

Elas estão direta ou indiretamente relacionadas às necessidades e resultados do Legislativo. Tendo em vista que uma informação estratégica está relacionada à possibilidade de tomada de decisão fundamentada, informação correta, em tempo hábil e no local adequado, pode-se inferir então, que, todas elas são estratégicas para o Legislativo.

2.2 Fluxos Informacionais no Parlamento

De acordo com Barreto (1998 apud FLORIANI, 2007) fluxo de informação é uma sequência de eventos desde a geração da informação, por parte do emissor, até sua captação, assimilação e aceitação pelo receptor, gerando saberes coletivos. Oliveira (2002 apud FLORIANI, 2007) complementa, afirmando que o fluxo é uma sequência visível de ações, que representa gráfica, racional, clara e logicamente as rotinas e procedimentos ligados a emitentes e receptores envolvidos.

A informação é um ativo importante de qualquer organização e tem maior valor agregado quando flui com agilidade e sem interrupções, facilitando sua interpretação e

utilização estratégica. Assim sendo, é importante que ela seja gerenciada por meio de fluxos informacionais, que fazem parte de um processo de construção social do conhecimento das instituições. A ausência desses fluxos pode prejudicar o desempenho das organizações (MATTOS, 1998 apud FLORIANI, 2007).

As informações, seus fluxos e suas fontes precisam ser trabalhados constantemente para que possam atender às várias finalidades e gerar conhecimento organizacional. Como a dinâmica da informação é essencial na formação de opinião, e esta é base do processo de decisão política, tão essencial nas instituições legislativas, elas devem dispendir a energia necessária para o estabelecimento de fluxos informacionais.

É importante mencionar que eles constituem ferramentas de apoio à tomada de decisões nas organizações, pois os interessados têm de agir pautados em informações oportunas e verídicas. Nesta conjuntura, as instituições legislativas, tem a informação como um ativo estratégico, tendo em vista que toda informação pode intervir no processo legislativo, a depender do seu uso, transformação e transmissão.

É característica do fluxo o fornecimento aos seus interessados de ativos valiosos à tomada de decisão, buscando reduzir a perda informacional devido aos ruídos de comunicação. Portanto, estabelecer fluxos nos ambientes legislativos, onde o processo decisório é complexo e exige clareza, é fundamental.

2.3 Gestão da Informação

No momento em que se trabalha cada vez mais com sistemas tecnológicos bem desenvolvidos, que evoluem de forma dinâmica, é primordial praticar formas diferenciadas e flexíveis de gestão da informação em todas as organizações.

Nesse contexto, as instituições legislativas tem a possibilidade de progredir na gestão da informação, usufruindo dos benefícios de uma gigantesca rede tecnológica para melhorar sua qualidade, tendo em vista que as redes, conforme afirma Pereira (2013, p.26) favorecem e incentivam o trabalho em equipe, sem autoridades centralizadoras.

Os conceitos e entendimentos sobre gestão e informação, principalmente em um ambiente diversificado e em constantes mudanças, como é o caso das instituições legislativas, parecem estar sempre progredindo. Rowley (1999 apud COSTA et. al, 2000) discute a forma com que as organizações vêm evoluindo em busca de uma cultura voltada

para a troca de conhecimento e afirma também que, a gestão do conhecimento pode ter diferentes objetivos em diferentes organizações.

Assim sendo, segundo McGee e Prusak (1994, p.107), um modelo que descreva o gerenciamento de informações deve ser genérico, porque a informação recebe ênfases diferentes em cada local e as tarefas dentro do modelo assumem variados níveis de importância e valor entre as organizações.

O primeiro passo sugerido por McGee e Prusak (1994) no sentido do gerenciamento é a identificação de necessidades e requisitos de informação, que de certa forma, é a etapa inicial da fase de coleta e entrada de informação. No âmbito das instituições legislativas pode-se interpretar essa fase como o momento de definir o que será relevante para os parlamentares e seus assessores. Importante frisar que, sendo a política complexa e imprevisível, as necessidades de informação serão variadas.

Em decorrência da etapa citada acima, surgem outras duas, que frequentemente ocorrem ao mesmo tempo. Uma delas, a classificação e armazenamento da informação, pressupõe, no âmbito legislativo, a determinação de como os congressistas e os assessores poderão ter acesso às informações necessárias. A outra, diz respeito ao tratamento e a apresentação da informação, que pode facilitar ou dificultar o acesso ao que eles buscam (MCGEE e PRUSAK, 1994).

O quarto passo é o desenvolvimento de produtos e serviços de informação, que serão primordiais no gerenciamento da informação. Importante dizer que, nessa etapa, a participação dos usuários finais pode contribuir para o projeto e desenvolvimento dos produtos que eles irão utilizar (MCGEE e PRUSAK, 1994).

No quinto e último momento proposto por McGee e Prusak (1994), antes da análise e uso da informação por parte do usuário final, a tarefa da instituição é sua distribuição e disseminação. No caso do Legislativo, onde fatores políticos interferem a todo o momento, a velocidade de propagação da informação deve alcançar um nível de excelência.

Ainda no sentido de melhor compreender o gerenciamento da informação, é importante citar um estudo realizado por McGee e Prusak (1994) que permitiu a identificação de cinco estilos de gerência da informação, a saber, utopia tecnocrática, anarquia, feudalismo, monarquia e federalismo. A utopia tecnocrática se faz presente quando existe forte orientação à abordagem do gerenciamento da informação a partir de

uma perspectiva tecnológica, apoiando-se fortemente em novas tecnologias (MCGEE e PRUSAK, 1994).

A anarquia representa uma completa ausência de gerência da informação, que deixa a cargos dos indivíduos obterem e gerenciarem sua própria informação. A instalação da anarquia não é uma escolha desejável, e quando se percebe uma gerência nesse sentido deve-se rapidamente transformá-lo em um modelo mais organizado (MCGEE e PRUSAK, 1994).

Já no modelo chamado de feudalismo, o gerenciamento da informação se dá por unidades funcionais, que definem suas próprias necessidades de informação e repassam apenas informação limitada à instituição em geral (MCGEE e PRUSAK, 1994). Este é o modelo praticado com maior frequência na maioria das instituições, inclusive as legislativas, onde muitas vezes o gerenciamento é realizado em nível setorial ou de departamentos e não há integração das informações da organização.

A monarquia ocorre, segundo McGee e Prusak (1994) quando a classificação da informação e a definição de seu fluxo através da organização são feitas pelos líderes, que podem ou não partilhar de boa vontade a informação após coletá-la. Nesse caso, o poder sobre o gerenciamento da informação é centralizado e a autonomia dos departamentos em relação às políticas de informação é reduzida.

Por último, ainda de acordo com McGee e Prusak (1994), tem-se o federalismo, que apresenta uma abordagem de gerenciamento baseada no consenso e na negociação de elementos de informação-chave e no fluxo da informação para a organização. Instituições que adotam esse modelo possuem uma liderança central forte e uma mentalidade que estimula a cooperação e o aprendizado.

Por meio da curta vivência profissional deste autor, pôde-se perceber que a Câmara dos Deputados atualmente encaixa-se perfeitamente na caracterização de uma gestão feudalista, pois o gerenciamento informacional é feito em nível departamental, demandando grande esforço dos servidores na aquisição de informação de outros setores.

Assim sendo, acredita-se que, é necessário um aperfeiçoamento da gestão informacional da Câmara, na direção de um gerenciamento com características federalistas, o que contribuiria sobremaneira inclusive para a otimização do objeto desse Relatório de

Intervenção, qual seja, aprimorar o fluxo de informação relativo às demandas da lei de acesso à informação.

Ademais, pode-se afirmar que, uma gestão diferenciada da informação só será alcançada com ampla participação dos envolvidos, porque a tradicional hierarquia vertical e autoritária, movida por mecanismos burocráticos do Estado, e geralmente centralizadores, geralmente não resolve os problemas institucionais.

2.4 Ambiente Informacional

O ambiente informacional de uma organização opera um conhecimento que pode reduzir o grau de incerteza da decisão ou propiciar uma escolha mais eficaz na busca e o uso da informação.

Segundo Davenport (2001 apud POPADIUK, 2005), o ambiente informacional está relacionado com o ambiente organizacional e com o ambiente externo da organização. No ambiente organizacional, a situação da instituição, os investimentos em tecnologia e a distribuição física repercutem e influenciam o ambiente informacional. Enquanto no ambiente externo uma infinidade de fatores afetam o ambiente informacional.

Nesta abordagem, Davenport (1998 apud POPADIUK, 2005) apresenta variáveis que compõe o ambiente informacional de uma organização, no qual define que os tomadores de decisão necessitam de ter um olhar holístico sobre as informações que permeiam este ambiente. Neste contexto, o ambiente informacional é composto por seis componentes, quais sejam, a estratégia informacional, cultura informacional, comportamento informacional, política informacional, processo informacional e arquitetura informacional.

A estratégia informacional define os tipos de informação a serem priorizadas pela organização e como estas informações serão úteis. Já a cultura informacional são os valores e crenças da equipe em relação à informação. Descrevendo também o padrão de comportamento e atitudes que expressam a orientação informacional da organização (DAVENPORT, 1998 apud POPADIUK, 2005).

O comportamento informacional, por sua vez, diz como as pessoas lidam com a informação, ou seja, como ela busca, utiliza, cria, altera, acumula, valoriza e estabelece tantas outras atitudes com relação à informação. A política informacional define as

diretrizes para o gerenciamento e uso das informações corporativas e descreve como as relações de poder e hierarquia determinam o modo como a organização compartilha e distribui a informação (DAVENPORT, 1998 apud POPADIUK, 2005).

O processo informacional apresenta a importância dos fluxos e dos processos informacionais da organização, bem como a atividade exercida por quem trabalha com a informação. Por fim, a arquitetura informacional compreende o conjunto de recursos (físicos, tecnológicos e humanos) utilizados pela organização para o atendimento de suas necessidades informacionais (DAVENPORT, 1998 apud POPADIUK, 2005).

Davenport (1998 apud POPADIUK, 2005) acredita que, os ambientes informacionais acessíveis devem visar condições de acesso a diferentes tipos de usuários. Desta forma, o ambiente poderia possibilitar ou limitar a interação entre usuário e a organização, de acordo com as características do usuário e contextos de interação.

2.5 Papel da Informação no Parlamento

O Parlamento contém necessidades informativas específicas e é, ao mesmo tempo, consumidor e produtor de informação. No processo de tomada de decisão, atividade inerente ao ambiente legislativo, a dificuldade encontrada é de como conseguir informação útil e substancial, que atenda às necessidades técnicas e política dos parlamentares.

A necessidade de informação é um processo no qual o usuário se depara com uma situação de tomada de decisão, solução de problemas ou alocações de recursos (WILSON, 1981 apud AYOAMA, 2011). A necessidade de informação varia de indivíduo para indivíduo e pode ser transformada, ou não, em uma demanda por informação.

As necessidades de informação também são tratadas por Choo (2003 apud DALBOSCO, 2010), que as conceitua como a informação necessária que o membro da organização precisa para tomar decisões e resolver problemas, sendo que essas necessidades são modificadas conforme determinada situação.

Santos e Almeida (2005 apud AYOAMA, 2011), por sua vez, abordam o aspecto da redução da incerteza, pois segundo os autores as instituições legislativas serão tanto mais eficientes quanto mais conduzirem os congressistas a adquirir e compartilhar conhecimentos especializados. O papel da informação no processo legislativo é contribuir

para minimizar a incerteza e a imprevisibilidade (SOUZA, 2009, p.88 apud AYOAMA, 2011).

Assegurar que as políticas aprovadas no Legislativo tenham por base o máximo de informação disponível e que essa informação tenha sido acessada pelo legislador mediano são a medida de sucesso de um Congresso bem organizado.

Neste sentido, a informação é um ativo essencial para o desenvolvimento das atividades de uma casa legislativa. As informações que a instituição recebe ou busca junto à sociedade que representa, traduzem as demandas e as preferências do povo. Em contrapartida, o Legislativo é também um fornecedor de informações à sociedade. Assim sendo, é importante perceber ambos os aspectos, pois ao mesmo tempo em que possibilita a otimização do trabalho do legislador, a informação permite a participação política dos cidadãos.

Na realidade, um sistema público de informação eficiente poderia permitir melhores possibilidades de engajamento no debate político dos cidadãos e, é exatamente por isso que a Lei de Acesso à Informação é tão vital nesse processo. Certamente, é difícil estabelecer em termos quantitativos o quanto a LAI auxilia nesse movimento, mas parece certo, porém, que sem ela esse percurso seria ainda mais complicado, excluindo a maioria da população que não teria acesso a grande parte das informações do Legislativo.

2.6 Comportamento Parlamentar e Lei de Acesso à Informação

Para compreender o comportamento parlamentar, faz-se necessário analisar suas estratégias e incentivos, suas ambições e o jogo político. Em outras palavras, é necessário analisar uma série de variáveis que orientam o comportamento dos atores do Legislativo.

Fenno (1973 apud CASTRO et. al, 2009) afirma que os legisladores procuram realizar basicamente três metas, sendo a primeira delas a reeleição, seguida pela busca de poder no interior do Congresso e pela produção de boa política pública. Mayhew (1974 apud CASTRO et. al, 2009) complementa, afirmando que os legisladores têm na reeleição seu maior objetivo, embora reconheça que eles possam perseguir outras metas relacionadas e não necessariamente incompatíveis com esse objetivo.

Partindo-se do pressuposto de que os parlamentares têm na reeleição seu maior objetivo, é de se esperar que a Lei de Acesso à Informação não seja bem quista entre eles,

pois ela facilita o acesso da população às despesas de nossos representantes. Segundo Arnold (1990 apud CASTRO et. al, 2009), quando têm de tomar uma decisão, os legisladores se perguntam, em primeiro lugar, qual das alternativas contribui mais para suas chances de reeleição.

Assim sendo, se os parlamentares são atores racionais que pretendem maximizar suas chances eleitorais por meio do comportamento legislativo, faz sentido que eles não incentivem os gestores públicos a fornecer os dados à população. Como a Câmara dos Deputados é um local eminentemente político, inclusive nas relações da estrutura administrativa, em não havendo vontade política a transparência ativa pode ficar visivelmente prejudicada.

No que diz respeito às motivações subjacentes à atuação dos parlamentares, é possível convergir para o reconhecimento de que, devido aos seus incentivos eleitorais, eles teriam como melhor estratégia dificultar o acesso da população aos seus gastos, temendo principalmente a reação da opinião pública e da mídia.

3 Diagnóstico, Método e Análise

3.1 Diagnóstico da situação atual

Na Câmara dos Deputados, os atores relacionados às demandas da Lei de Acesso à Informação podem ser os solicitantes de informação, os servidores que implementam e mantêm o funcionamento dos atendimentos, a exemplo das equipes do Sistema de Informação Central (SIC), e ademais, os produtores de informação, servidores e deputados.

Os recursos, neste caso, podem ser tanto as ferramentas que permitem o acesso aos estoques, quanto os próprios estoques de informação, como acervos documentais e bases de dados. No contexto atual da Câmara, Silva et. al. (2013) afirmam que o principal recurso disponibilizado pelo órgão é o seu próprio portal institucional, que possui a característica de aglutinar informações de caráter informativo, histórico e investigativo.

Em relação à LAI, constituem-se estoques de informação disponíveis na Câmara dos Deputados, todos os itens ou conjuntos de itens da informação criada no âmbito da instituição, seja ela de caráter legislativo ou administrativo.

O artigo 10º, § 2º da LAI prevê que o acesso a informações de interesse público deve ser viabilizado através de alternativas de encaminhamento de pedidos por meio de sítios oficiais na Internet, o que torna o processo de requerimento de informações mais ágil, fácil e econômico. Além disso, uma das exigências da LAI foi a criação do Serviço de Informação ao Cidadão, que é a instância responsável em cada órgão pela recepção, atendimento e respostas acerca das demandas de informação (BRASIL, 2011).

A Figura 2 mostra a interface que o cidadão encontra na página da Câmara dos Deputados para solicitação de informações referentes ao órgão.

Figura 2 – Página de solicitação da Lei de Acesso à Informação no endereço eletrônico da Câmara dos Deputados.

Fonte: Endereço eletrônico da Câmara dos Deputados (BRASIL, 2016).

Com a sanção da LAI, a Câmara dos Deputados se viu obrigada a estudar seus processos para sua adequação às premissas da nova lei. Diante dessa necessidade foi editada uma portaria, que constituiu projeto com a finalidade de analisar os impactos e implantar a referida lei na Câmara dos Deputados. A segunda etapa foi, de acordo com Silva et. al (2013), a assinatura pela Mesa da Câmara dos Deputados do Ato da Mesa nº 45/2012, que regulamentou, aprofundou e materializou a aplicação da lei.

Em funcionamento desde maio de 2012, o SIC da Câmara teve sua estrutura formalizada em 2013 pelo AM 78/2013, em face do disposto no art. 9º da Lei de Acesso à Informação, que o instituiu com estrutura e competências próprias. Ao SIC, estrutura obrigatória e necessária para a LAI, incumbe a centralização das solicitações de informação enviadas pela sociedade, interlocução com os órgãos da Casa e a solicitação, no tocante a verificação das questões de sigilo, prazos e razões para indeferimento de uma solicitação de informação e as respostas a serem entregues para os solicitantes (SILVA et. al, 2013).

Nós gráficos mostrados em seguida, é possível notar o alto número de pedidos de acesso à informação que a Câmara dos Deputados recebe e qual o prazo de resposta dessas

solicitações. Na figura 3, abaixo, o número de solicitações recebidas corresponde ao total de solicitações recebidas pelo SIC-CD levando-se em consideração todos os canais de atendimento (eletrônico, telefônico e presencial). Porém, as informações prestadas de forma presencial, pelo balcão de atendimento, relacionadas a temas institucionais e à atividade legislativa são computadas separadamente, em virtude da impossibilidade de identificação do solicitante. Já o número de solicitações finalizadas corresponde ao somatório das solicitações atendidas e indeferidas no período de referência.

Na Figura 4, é possível perceber o número de solicitações finalizadas pela Câmara dos Deputados levando em consideração o prazo de resposta.

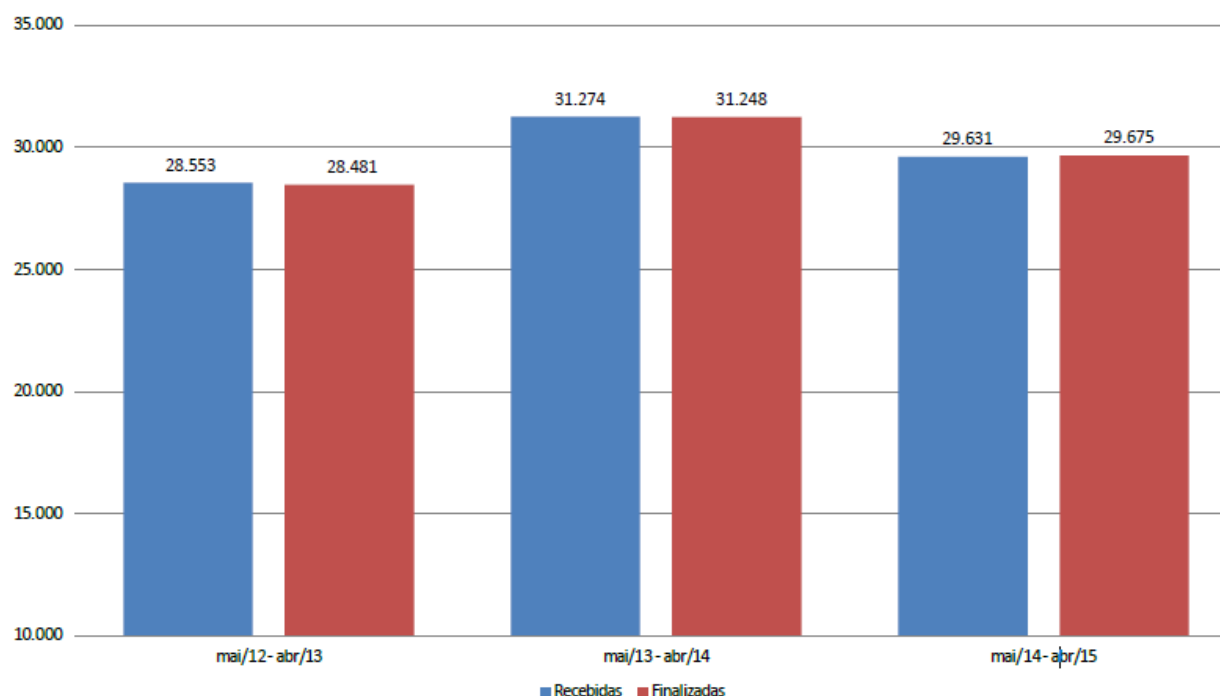


Figura 3 – Número de solicitações recebida e finalizadas entre maio de 2012 e abril de 2015.

Fonte: Serviço de Informação ao Cidadão, Relatório (BRASIL, 2013-2015).

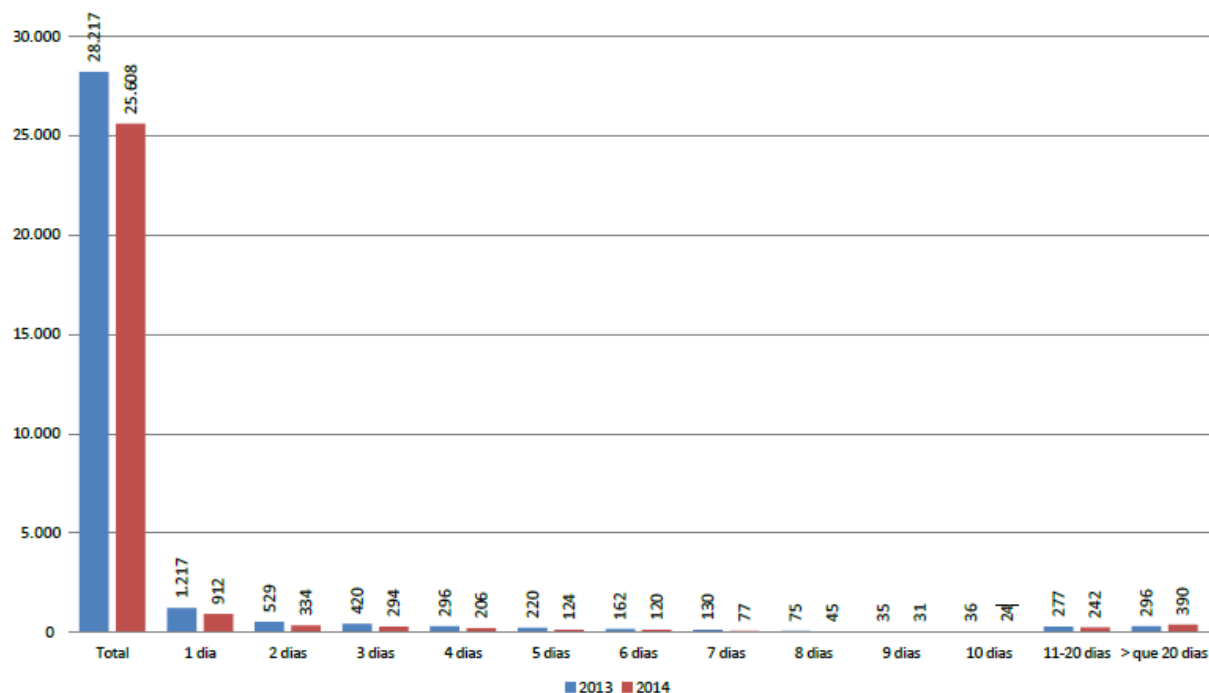


Figura 4 – Número de solicitações finalizadas em 2013 e 2014 considerando o prazo de resposta.

Fonte: Serviço de Informação ao Cidadão, Relatório (BRASIL, 2013-2015).

O SIC-CD é constituído por um SIC-Central, que coordena quatro serviços setoriais: Ouvidoria, Secretaria de Comunicação, Departamento de Comissões e Departamento de Taquigrafia. O SIC-Central é de responsabilidade do Centro de Documentação e Informação (Cedi). A Ouvidoria responde exclusivamente solicitações de informação relativas à sua própria atuação. O SIC da Secom é composto pela Central de Comunicação Interativa, pela Coordenação de Participação Popular e pelo balcão de informações do SIC-CD. O SIC do Decom integra todos os pedidos relativos às comissões permanentes e temporárias. Enquanto, o SIC do Detaq atende solicitações relacionadas a pronunciamentos elaborados pelos parlamentares (BRASIL, 2016).

A Figura 5, a seguir, traz um fluxograma genérico referente a uma solicitação realizada por um cidadão à Câmara dos Deputados.

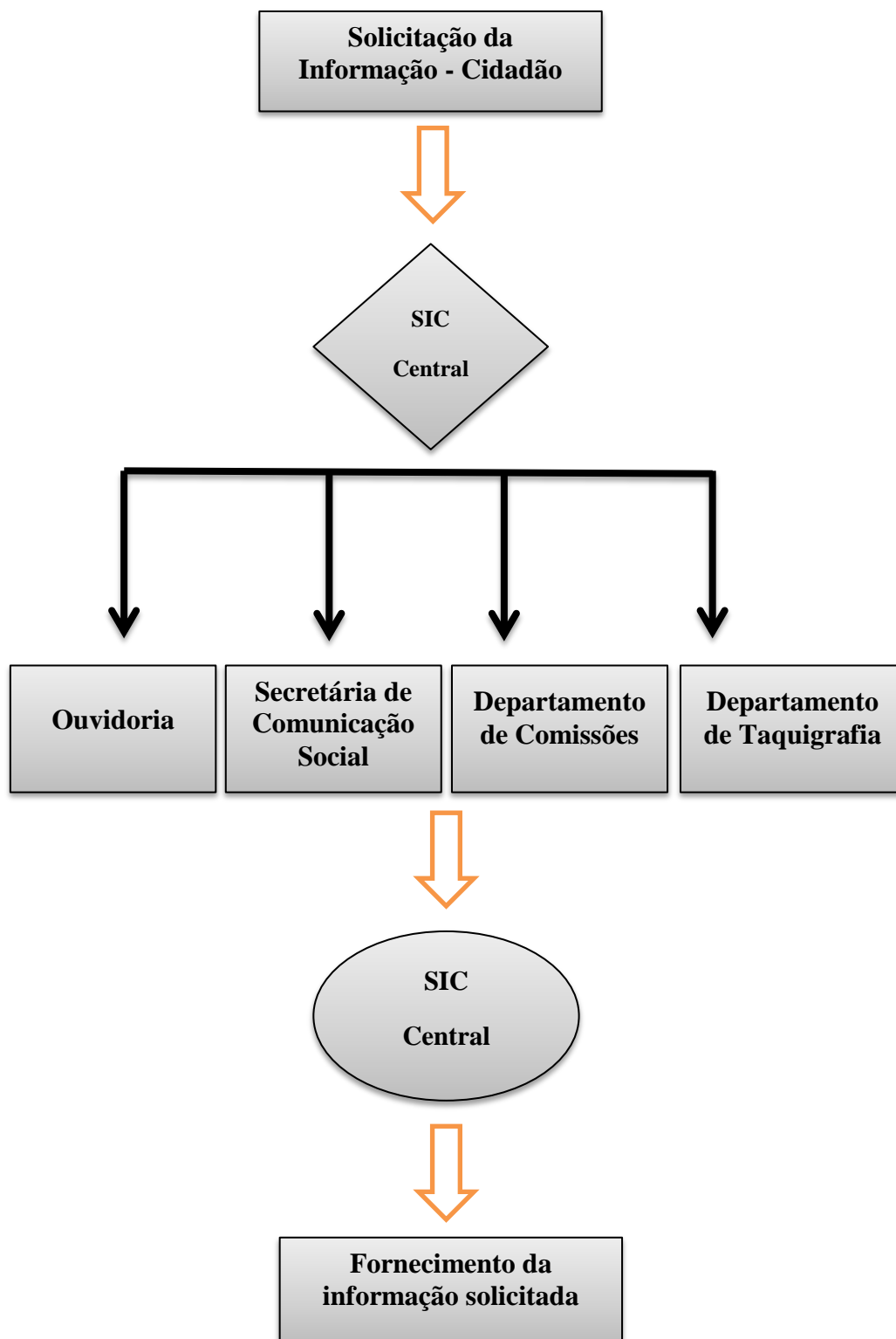


Figura 5 – Fluxo de uma solicitação de acesso à informação.

Fonte: elaboração própria, com base em informações disponíveis no endereço eletrônico da Câmara dos Deputados (BRASIL, 2016).

O Departamento de Comissões, sendo um dos SIC-Setoriais, recebe anualmente um número considerável de pedidos oriundos da Lei de Acesso à Informação. Dentre estes pedidos recebidos pelo DECOM, a imensa maioria deles diz respeito a informações relacionadas aos gastos das Comissões Permanentes e Temporárias. A Figura 6, a seguir, mostra um fluxo informacional simples envolvendo uma solicitação da LAI que é direcionada exclusivamente ao DECOM.

Os solicitantes normalmente desejam ser informados sobre os valores gastos em determinado evento, quais os valores recebidos pelos parlamentares em viagens oficiais, os gastos totais da comissão com eventos, entre outras coisas.

O Sistema de Gestão de Gastos em Eventos (SIGAS) é usado, em essência, para gerenciar a compra de passagens aéreas, o pagamento de diárias, o pagamento de adicional de embarque e desembarque, entre outras coisas. Além disso, é fundamentalmente através deste sistema, que se armazenam os dados dos eventos e que o DECOM gera relatórios que permitem ao órgão responder as demandas da sociedade.

O referido sistema é um recurso indispensável para o bom atendimento das demandas. Ainda que ele seja simples e, por vezes ineficiente, é por meio dele que ocorre o gerenciamento de informações relativas aos gastos das Comissões. Importante ressaltar que apesar do SIGAS gerenciar uma série de gastos de vários setores da Câmara, no âmbito do DECOM ele engloba apenas as despesas relacionadas ao Ato da Mesa nº 33, de 11/04/2012, o qual delega aos presidentes das Comissões competência para autorizar dentro dos limites fixados, despesas referentes aos eventos que o colegiado promova ou participe (BRASIL, 2012).

O AM 33/12, em seu art. 1º, estabelece que os presidentes das Comissões Permanentes e Temporárias da Câmara dos Deputados ficam autorizados a realizar eventos com ônus, até o limite mensal de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), destinados a promover a discussão em torno das matérias em apreciação no âmbito de competência do respectivo colegiado (BRASIL, 2012).

O art. 2º afirma que, as Comissões, mediante aprovação prévia do respectivo plenário, poderão promover conferências, exposições, palestras, seminários, simpósios, mesas-redondas, encontros, painéis ou eventos afins. Posteriormente, o art. 6º deixa claro que, as despesas decorrentes das atividades previstas no art. 2º somente poderão ser

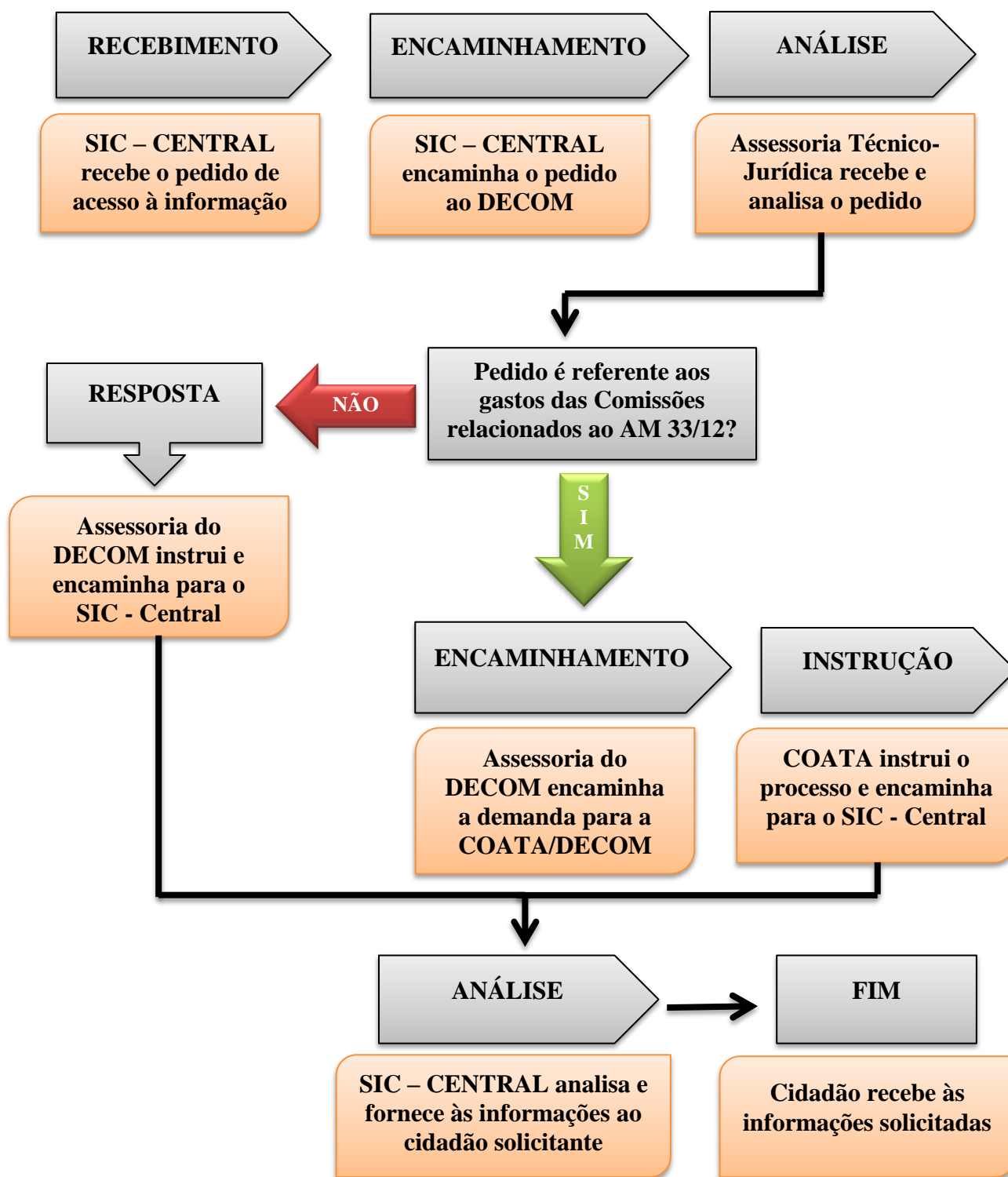


Figura 6 – Fluxo de uma demanda da LAI remetida exclusivamente ao Departamento de Comissões.

Fonte: elaboração própria, com base em informações fornecidas pela Assessoria Técnico-Jurídica e pela Coordenação de Apoio Técnico-Administrativo do Departamento de Comissões.

atendidas por meio de contratos mantidos pela Câmara dos Deputados, limitado aos seguintes itens: passagens nacionais, diárias, adicional de embarque e desembarque de parlamentares e servidores, hospedagem e alimentação em Brasília, organização de eventos, confecção de material de divulgação e confecção de separatas e demais publicações inerentes às atividades do órgão (BRASIL, 2012).

Percebe-se que o rol de itens previstos no AM 33/12 é taxativo e não exemplificativo. Além do mais, o próprio §1º do art. 7º afirma que as despesas com viagens internacionais destinadas a subsidiar o trabalho das Comissões não serão deduzidas do limite previsto no art. 1º (BRASIL, 2012). Em outras palavras, despesas com viagens internacionais não são englobadas pelo AM 33/12, o que impossibilita o DECOM de gerir esse tipo de despesa, as quais são gerenciadas pela Diretoria-Geral.

Com base no exposto acima e na Figura 7, a seguir, que simula um fluxograma relativo a uma demanda da LAI envolvendo as despesas das comissões, pode-se visualizar melhor um dos grandes problemas enfrentados no tocante ao atendimento das solicitações da LAI. É importante ter em mente que um cidadão comum ao requisitar informações sobre os gastos das Comissões, não deseja saber apenas sobre gastos nacionais ou gastos internacionais, ele espera constantemente ter acesso a todos os gastos.

É importante ressaltar que o gerenciamento dos gastos de responsabilidade da DG e do DECOM não são conexos, o que gera muitas vezes, fornecimento de informações incompletas ou erradas, insatisfações dos solicitantes, pedidos de extensão do prazo, entre outros problemas.

Outro grande problema recorrente para os servidores que procuram atender as solicitações da LAI diz respeito à complexidade das informações requeridas. Não raro, os solicitantes desejam ter acesso aos valores desembolsados pelas Comissões em despesas como: energia elétrica, café, água, papel, caneta, etc. Solicitações como essas, são geralmente negadas, pois a Câmara não consegue discriminar entre seus gastos totais, de energia, por exemplo, quanto foi utilizado por cada departamento ou comissão.

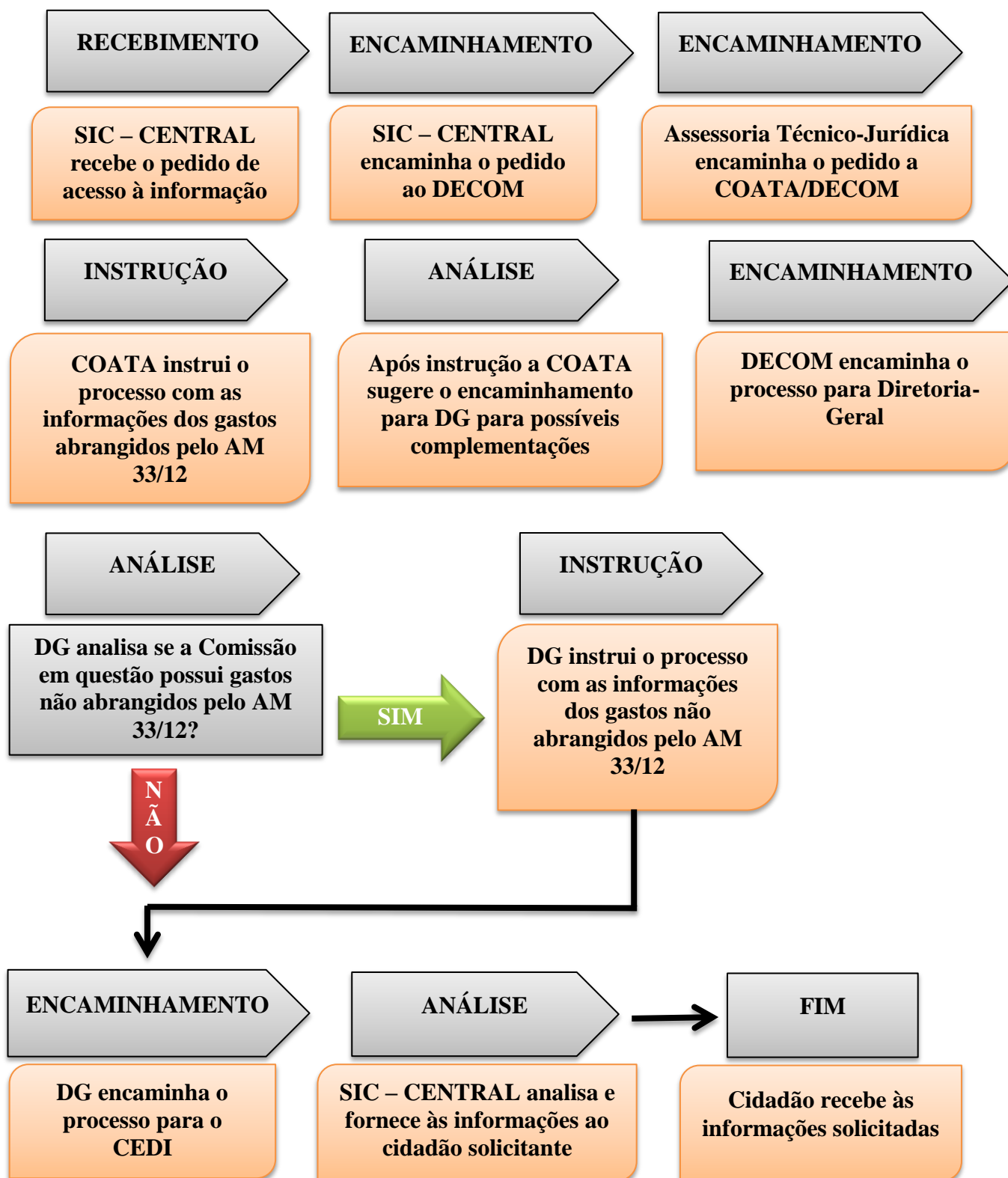


Figura 7 – Fluxo de uma demanda da LAI, referente aos gastos de determinada Comissão, que pode ou não possuir despesas não abrangidas pelo AM 33/12.

Fonte: elaboração própria, com base na experiência pessoal do autor e em informações fornecidas pela Coordenação de Apoio Técnico-Administrativo do Departamento de Comissões.

3.2 Método de abordagem

A situação atual e os problemas mais recorrentes foram mais bem compreendidos tanto por meio de questionários quanto pela vivência profissional deste autor. O questionário² contendo nove perguntas relativas às demandas da LAI foi enviado para o endereço eletrônico de três servidores da CD, os quais estão diretamente envolvidos com o processo de atendimento da demanda. O questionário buscou compreender as vivências e dificuldades enfrentadas por três servidores do Departamento de Comissões. Através das respostas dos servidores foi possível um entendimento mais amplo da realidade que permeia as solicitações da LAI direcionadas ao órgão.

Esta proposta de intervenção visa sugerir alterações pontuais que podem otimizar em vários aspectos as demandas oriundas da Lei de Acesso à Informação, desde o trabalho desenvolvido pelos servidores da Câmara dos Deputados até a qualidade da informação fornecida ao cidadão.

Entretanto, é mister destacar que, foge ao escopo desta proposta oferecer soluções rápidas e de fácil implementação. Na verdade, este relatório foca nos problemas informacionais, identificando-os e, ademais, permitindo aos gestores envolvidos a possibilidade de colocar em prática algumas propostas de aperfeiçoamento do processo. Além disso, existem limitações, as quais este relatório não se ateve, especialmente questões relacionadas ao desenvolvimento de sistemas por parte do Centro de Informática e de práticas internas adotadas pelo Centro de Documentação e Informação.

3.3 Registro das observações e análises

Em relação à tramitação dos processos iniciados com uma solicitação referente à Lei de Acesso à Informação percebe-se, inclusive por meio dos gráficos anteriormente mostrados (Figuras 3 e 4) que na grande maioria das vezes as solicitações são atendidas de forma ótima, com eficiência e rapidez.

Entretanto, acredita-se que essa situação não se repete nos processos remetidos ao Departamento de Comissões, muito em vista da complexidade das demandas apresentadas,

² O questionário completo encontra-se no Apêndice deste Relatório de Intervenção.

as quais, na grande maioria das vezes, exigem tempo e dedicação dos servidores responsáveis para apresentar uma resposta satisfatória.

Os fluxos construídos (Figuras 6 e 7) representam basicamente situações ótimas, ou seja, fluxos informacionais desejados para os processos da LAI, o que na prática parece estar longe de acontecer. Tal constatação foi construída pela vivência profissional do autor e pelas respostas recebidas no momento da aplicação do questionário.

O questionário proposto, composto por nove questões, foi aplicado com os seguintes servidores:

- Chefe da assessoria técnico-jurídica do Departamento, responsável pelo SIC-Setorial Decom.
- Diretor da Coordenação de Apoio Técnico-Administrativo, responsável por gerenciar os gastos das Comissões Permanentes e Temporárias referentes ao AM 33/2012 (SIGAS).
- Chefe da Seção de Viagens, responsável por fornecer informações referentes aos gastos das Comissões Permanentes e Temporárias referentes ao AM 33/2012.

Importante ressaltar que, por problemas de ordem maior, que fogem ao domínio do autor, dois dos três servidores selecionados para responder o questionário não enviaram as respostas, mesmo após um segundo pedido. De forma que, apenas a síntese das respostas do Chefe da Seção de Viagens está retratada no apêndice B.

Baseando-se nas respostas fornecidas pelo servidor diretamente envolvido com os processos, foi possível confirmar a tese de que as solicitações estão demandando um esforço extra dos servidores e consumindo tempo que poderia ser empregado nas demais atividades do órgão. Em suma, os problemas informacionais relacionados a esse tipo de solicitação precisam ser solucionados visando não só uma melhor resposta para o requerente da informação (cidadão) como também a busca pela eficiência no ambiente de trabalho da própria Câmara dos Deputados.

4 Proposta de Intervenção

4.1 Sugestões de aprimoramento

Com vistas a otimizar o fluxo da informação das demandas oriundas da LAI, este Relatório propõe uma série de sugestões. Em primeiro lugar é importante que o DECOM estude junto ao CENIN possíveis melhorias no SIGAS, especialmente sugerindo aos desenvolvedores do referido sistema que o mesmo apresente: novos relatórios, fornecimento de informações e não de dados, gráficos de dados. Outro ponto diz respeito à possibilidade de se disponibilizar treinamentos aos servidores de todos os departamentos envolvidos no atendimento das solicitações da LAI.

Além disso, entende-se que os gestores informacionais da Casa podem ampliar o número de reuniões e debates entre o DECOM, o CENIN e o CEDI, visando à troca de informações e o aperfeiçoamento dos processos. Sugere-se ainda, a construção de um acordo entre o Departamento de Comissões e a Diretoria-Geral para que haja possibilidade de ambos os órgãos fornecerem as informações completas relativas às despesas das Comissões quando houver necessidade, ou que, ao menos, o DECOM tenha acesso às despesas não abrangidas pelo AM 33/12 e torne-se o responsável único pelo fornecimento dessas informações. Todas essas recomendações permitiriam a Câmara dos Deputados progredir em uma gestão informacional que atenda aos interesses dos cidadãos e facilite a transparência ativa do órgão.

Por último e ainda mais importante, entende-se ser de extrema importância, principalmente visando avançar na questão da transparência passiva, propor as instâncias superiores da Casa que todos os gastos das Comissões sejam disponibilizados no portal da Câmara dos Deputados na internet. Apesar de ser um ponto polêmico, que provavelmente enfrentará barreiras de interesses políticos, é necessário que a administração da Casa procure implementar essa estrutura, assim como já é feito com a cota para exercício da atividade parlamentar (CEAP), a qual disponibiliza inclusive os recibos dos gastos dos parlamentares.

Através da disponibilização das informações no portal eletrônico aumentam-se as fontes de informação prontamente disponíveis para a população, eliminando-se grande quantidade de contatos, por meio de telefonemas ou pedidos, suprimindo-se a demanda por informação mediante mecanismos formais de consulta e busca.

Outras sugestões poderiam surgir em um estudo mais aprofundado, porém, acredita-se que as anteriormente aqui mencionadas possibilitariam em um primeiro momento reduzir drasticamente os problemas diagnosticados.

4.2 Limitações das ações

A tentativa de adoção das sugestões apresentadas neste Relatório de Intervenção pode esbarrar em possíveis limitações estruturais e de vontade política. Primeiramente acredita-se ser fundamental que os órgãos envolvidos no processo, em especial, Diretoria-Geral, Departamento de Comissões, Centro de Informática e Centro de Documentação e Informação tenham ciência da existência dos problemas informacionais relativos aos fluxos atuais. Apenas a partir desta percepção, poderiam concentrar esforços para adotar de tais sugestões.

As sugestões apresentadas provavelmente enfrentariam limitações no momento da implementação, cada uma delas por motivos específicos. Primeiramente, quanto às melhorias no SIGAS, o Cenin não estaria apto a colocar tais melhores em prática em tempo curto, principalmente pela alta concentração de projetos no centro, necessidade de priorizar demandas da área legislativa e escassez de recursos humanos para se dedicar ao projeto. Além é claro, de possíveis restrições de desenvolvimento do programa que poderiam surgir.

Quanto às sugestões de ampliar o número de reuniões entre os órgãos envolvidos e proporcionar treinamento aos servidores as barreiras seriam relacionadas à indisponibilidade de tempo para se dedicar as demandas da LAI e a questões de restrições orçamentárias, tendo em vista que o treinamento dos servidores poderia acarretar aumento de gastos para a Casa, o que dificilmente seria aprovado pelos gestores de instâncias superiores.

Existem também limitações quanto aos recursos humanos (quantitativo de servidores) dedicados a atender com eficiência as solicitações, mas nesse caso, é preciso ressaltar que, este é um problema maior que diz respeito a toda a Câmara dos Deputados, a qual recorrentemente se depara com seus quadros incompletos (atualmente são 452 cargos vagos) (BRASIL, 2016).

Um dos maiores empecilhos na efetivação de tais medidas reside no fato de que existe uma dificuldade latente do DECOM em estabelecer um canal de comunicação com a

DG. Para eliminação de um dos problemas informacionais mencionados anteriormente, é primordial que haja uma cooperação entre os dois órgãos. Na verdade, essa cooperação precisa ser permanente e, além disso, é necessário se construir um consenso para que apenas um dos dois seja o responsável por informar todos os gastos das Comissões, não havendo distinção, pelo menos quanto as demandas da LAI, quanto as despesas abrangidas ou não pelo AM 33/2012.

Por fim, o que se nota no ambiente institucional da Câmara, é que existe uma evidente dificuldade política de disponibilizar os gastos das Comissões no sítio na internet. Não se pode aqui afirmar quais as razões dos parlamentares, mas é de se supor que existem receios quanto aos julgamentos de seus eleitores. Em outras palavras, a falta de vontade dos parlamentares em facilitar a transparência dos gastos (percorrer o caminho visando aprimorar a transparência ativa e minimizar a necessidade de transferência passiva) é notória. Em suma, tendo em vista que a Câmara é um espaço totalmente político, essa sugestão enfrentaria grande resistência.

Transpondo-se tais barreiras e limitações, é possível aperfeiçoar substancialmente o processo, melhorando a qualidade da formação fornecida e reduzindo a possibilidade de erros e equívocos, beneficiando sobremaneira os trabalhos da Câmara dos Deputados.

CONCLUSÃO

Este Relatório de Intervenção versou sobre a análise do fluxo informacional das solicitações referentes à Lei de Acesso a Informação no Departamento de Comissões da Câmara dos Deputados. Por meio de pesquisas bibliográfica e documental e, utilizando-se da aplicação de questionários pôde-se compreender melhor o processo. Discutiram-se aspectos teóricos relacionados à legislação da Lei de Acesso à Informação, relacionados à gestão da informação, ao ambiente informacional, aos fluxos informacionais no Legislativo e aos principais tipos de informação presentes nas instituições legislativas. Ao analisar os fluxos de informação relativos às demandas da Lei de Acesso à Informação no Departamento de Comissões, ficaram evidentes problemas de informação no decorrer do processo, sobretudo no que diz respeito à falta de cooperação dos órgãos envolvidos, imperfeições do sistema de informática, fornecimento de informação incompleta ou mesmo incapacidade de fornecer a informação solicitada. O objetivo deste relatório foi verificar quais os desafios dos setores da Câmara dos Deputados, especialmente do Departamento de Comissões, no pleno cumprimento da Lei n. 12.557/11 e, a partir daí sugerir soluções aos problemas identificados, medidas que possam efetivamente construir soluções aplicáveis ao universo da instituição. Constataram-se alguns obstáculos e deficiências no cumprimento da Lei de Acesso à Informação, o que demonstra a necessidade de análises mais profundas visando o aperfeiçoamento da gestão informacional. Fato é que, a implantação da LAI na Câmara dos Deputados necessita ainda de progredir, pois muito dos problemas que a Coordenação de Apoio Técnico-Administrativo do DECOM está enfrentando ainda não tem solução sistematizada. Apesar dos esforços que vêm sendo feitos e das melhorias alcançadas até o presente momento, ainda há um longo caminho a percorrer.

REFERÊNCIAS

ANGÉLICO, F. Lei de acesso à informação pública e seus possíveis desdobramentos para a accountability democrática no Brasil. 2012. 133 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo). **Escola de Administração de Empresas de São Paulo, FGV**, São Paulo. 2012.

AOYAMA, P. T. B. **Estudo das necessidades de informação dos usuários da Biblioteca Digital do Senado Federal**. 2011. 120 f. Monografia (Bacharelado em Biblioteconomia). Brasília: Universidade de Brasília, 2011.

AMORIM, M. R. L.; SILVA, F. S. Impactos da Implantação da Lei de Acesso à Informação no Serviço Público: uma análise das dificuldades e benefícios à cidadania. **XI Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia**. 2014.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Ato da Mesa nº 33**, de 2012. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/int/atomes/2012/atodamesa-33-11-abril-2012-612769-publicacaooriginal-135844-cd.html>>. Acesso em: 9 abr. 2016.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Ato da Mesa nº 126**, de 2013. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/int/atomes/2013/atodamesa-126-19-dezembro-2013-777757-norma-cd.html>. Acesso em: 1 abr. 2016.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Comissões**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes>. Acesso em: 29 de março de 2016.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Estrutura do Departamento de Comissões**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/decom/estrutura>. Acesso em 03 abr. 2016.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **O Papel das Comissões**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/o-papel-das-comissoes>>. Acesso em 31 mar. 2016.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Organograma da Câmara dos Deputados**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm>. Acesso em: 27 mar. 2016.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Recursos Humanos**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/transparencia/recursos-humanos/quadro-remuneratorio/cargo-efetivo-2013-situacao-em-20-7-2015>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Resolução nº 10**, de 1947. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/rescad/1970-1979/resolucaodacamaradosdeputados-20-30-novembro-1971-321275-norma-pl.html>>. Acesso em: 5 abr. 2016.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Resolução nº 20**, de 1971. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/rescad/1970-1979/resolucaodacamaradosdeputados-20-30-novembro-1971-321275-norma-pl.html>>. Acesso em: 5 abr. 2016.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Resolução nº 27**, de 1955. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD23JUN1955.pdf#page=1>. Acesso em: 5 abr. 2016.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Serviço de Informação ao Cidadão**, Relatório, 2013-2015.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Transparência**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/transparencia/lei-de-acesso-a-informacao/atendimento>. Acesso em 30 de março de 2016.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Transparência**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/transparencia/lei-de-acesso-a-informacao/relatorio_consolidado_lai_2015.pdf>. Acesso em 7 abr. 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 20 mar. 2016.

BRASIL. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm. Acesso em 24 mar. 2016.

BRASIL. **REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS DO BRASIL.** Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/18847>. Acesso em: 03 abr. 2016.

CASTELLS, M.; CARDOSO, G. **A sociedade em rede: do conhecimento à ação política.** Lisboa, Portugal: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 2005. Disponível em: [http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/a_sociedade_em_rede - do_conhecimento_a_acao_politica.pdf](http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/a_sociedade_em_rede_-_do_conhecimento_a_acao_politica.pdf)>. 2011. Acesso em: 22 fev. 2016.

CASTRO, M. M. M.; ANASTASIA, F.; NUNES, F. Determinantes do Comportamento Particularista de Legisladores Estaduais Brasileiros. **DADOS, Revista de Ciências Sociais.** Rio de Janeiro, Vol. 52, n. 4, p. 961-1001. 2009.

CLÈVE, C. M.; FRANZONI, J. A. Administração Pública e a nova Lei de Acesso à Informação. **Interesse Público — IP**, Belo Horizonte, ano 15, n. 79, p. 1540, maio/jun. 2013.

COSTA, M. D.; Krucken, L.; Abreu, A. F. Gestão da Informação ou Gestão do Conhecimento?. **Rev. ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, v. 5, n. 5, 2000.

DALBOSCO, V. **Mediação tecnológica da informação no parlamento: estudo de caso da Assembleia Legislativa de Santa Catarina.** Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. 2010. 304 p.

DOMINGUES, M. P. Algumas considerações acerca das relações entre o Poder Executivo e o Legislativo em regimes democráticos. In: **SINAIS - Revista Eletrônica.** Vitória: CCHN, UFES, Edição n.08, v.1, p. 131-148. Dez. 2010.

FLORIANI, V. M. **Análise do fluxo informacional como subsídio ao processo de tomada de decisões em um órgão municipal de turismo.** Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. 2007. 200p.

HOCH, P.A.; RIGUI, L.M.; SILVA, R.L. Desafios à concretização da transparência ativa na internet, à luz da lei de acesso à informação pública: análise dos portais dos tribunais regionais federais. **Revista Direitos Emergentes na Sociedade Global.** Universidade Federal de Santa Maria, v.1, n. 2, jul/dez. 2012.

LEONE, T. J. F. **Disseminação da informação no Poder Legislativo**: Câmara Municipal de Salvador. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia. Universidade Federal da Bahia: Salvador, 2006. 173p.

MARTINS, P.L.; Acesso à informação: um direito fundamental e instrumental. Rio de Janeiro, v. 24, n.1, p. 233-244, jan/jul 2011.

MCGEE, J. V.; PRUSAK, L. **Gerenciamento estratégico da informação**: aumente a competitividade e a eficiência de sua empresa utilizando a informação como uma ferramenta estratégica. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

MEDEIROS, S.A.; MAGALHÃES, R.; PEREIRA, J.R. Lei de Acesso à Informação: em busca da transparência e do combate à corrupção. **Inf. Inf.** Londrina, v.19, n.1, p.55-75, jan./abr. 2014.

MIRANDA, R. C. R.; PAZ, C. M. M.; CINNANTI, C. J. J.; CARDOSO FILHO, J. C.; OLIVEIRA, M. A. G.; BARBOZA JUNIOR, O. G. Informação legislativa: aspectos multiformes. In: Roberto Campos da Rocha Miranda, João Ricardo Carvalho de Souza. (Org.). **O processo legislativo, o orçamento público e a casa legislativa**. 1. ed. Brasília: Edições Câmara, 2013, v. 1, p. 325-353.

PALERMO, V. Como se governa o Brasil? O debate sobre Instituições Políticas e Gestão de Governo. **Dados**, vol. 40, n. 3. Rio de Janeiro, 2000.

PEREIRA, M. L. A Sociedade em Rede em seu conceito, sua dinâmica e suas perspectivas para a Comunicação Organizacional. In: Ana Lúcia Novelli, Cláudia Peixoto de Moura, João José Azevedo Curvello. (Org.). **Teorias e Métodos de Pesquisa em Comunicação Organizacional e Relações Públicas: entre a tradição e a inovação**. 1. ed. Porto Alegre: Edipucrs, 2013, v. 1, p. 17-37.

POLSBY, Nelson. Legislatures, in Greenstein, F. I. and Polsby, N. W. (eds.) **Handbook of Political Science**, V (Reading-Mass.: Addison- Wesley, 1975), pp. 257-319.

POPADIUK, Silvio et. al. Ambiente informacional e desempenho competitivo na indústria de autopeças para veículos. **Prod.**, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 390-403, Dec. 2005.

SANTOS, F. Democracia, Legislativo e os Novos Desafios para a Expansão do Capitalismo Brasileiro. **Observatório Político Sul-Americano – OPSA**. Setembro. 2006.

SANTOS, F. Patronagem e Poder de Agenda na Política Brasileira. **Dados**, vol. 40, n. 3. Rio de Janeiro, 1997.

SILVA, T. E.; EIRÃO, T. G.; CAVALCANTE, R. Lei de Acesso à Informação na Câmara dos Deputados: Um ano de funcionamento do serviço de informação ao cidadão. **XIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - ENANCIB**. 2013.

WRIGHT, G.A.; MARINHO, L.E.; ARAÚJO, A.O. A necessidade de informação da sociedade frente à lei de acesso à informação: um estudo sobre a colaboração dos sistemas de custos. **XIX Congresso Brasileiro de Custos** – Bento Gonçalves, RS, nov. 2012.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Questionário

Questionário sobre as solicitações da Lei de Acesso à Informação - Departamento de Comissões da Câmara dos Deputados.

Apresentação da pesquisa

Relatório de Intervenção proposto no âmbito da Disciplina – Informação e Parlamento do Mestrado Profissional em Poder Legislativo do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados.

O presente relatório visa identificar as dificuldades que os servidores do DECOM vivenciam ao receber um pedido de informação oriundo do SIC-CD e, ademais quais seriam as possíveis soluções de cooperação com Centro de Documentação e Informação (CEDI) e com o Centro de Informática (CENIN) visando à melhoria dos serviços.

Este questionário é composto por dez questões que deverão ser respondidas em relação ao seu exercício diário de atuação no DECOM, levando em conta suas percepções.

Agradeço desde já a sua colaboração,
Miller Borges Castanheira de Carvalho

- 1) De que forma as solicitações da LAI afetam os demais trabalhos que você desenvolve no Departamento de Comissões?**
- 2) Você acredita que as informações disponíveis na página eletrônica da Câmara dos Deputados facilitam a execução de suas tarefas referentes à LAI?**
- 3) Qual sua percepção sobre o número de solicitações da Lei de Acesso à Informação recebidos pelo DECOM ?**
- 4) As informações disponíveis no Sistema de Controle de Gastos em Eventos (SIGAS) são suficientes para atender todas as solicitações referentes aos gastos da Comissões?**
- 5) Quais os problemas que geralmente dificultam a busca de uma informação necessária para atender às solicitações da LAI?**

- 6) Na última vez que teve dificuldades de localizar uma informação para as solicitações, conseguiu obtê-las?**
- 7) Como você acha que o Centro de Informática (CENIN) e o Centro de Documentação e Informação (CEDI) poderiam auxiliar o DECOM dos pedidos de acesso à informação?**
- 8) Você considera que o prazo (20 dias) previsto na Lei 12.527/2011 é suficiente para atender às solicitações recebidas pelo DECOM?**
- 9) Na sua visão, os custos para se atender satisfatoriamente uma solicitação podem ser um empecilho para o atendimento da demanda?**

APÊNDICE B – Síntese das entrevistas realizadas com três servidores do Departamento de Comissões

Questão	Diretor da COATA/DECOM	Chefe da Seção de Viagens	Chefe da Assessoria Técnico-Jurídica
Solicitações da LAI e seu trabalho no DECOM		“As solicitações da LAI acabam atrasando os demais trabalhos”.	
As informações disponíveis no portal eletrônico da Câmara		“Não ajudam. Informações relativas a gastos das Comissões deveriam estar no sítio da Câmara dos Deputados”.	
Percepção do número de solicitações da LAI recebidas pelo DECOM		“Não posso julgar por todo Decom, mas aqui pela Seção de Viagens não são muitos”.	
Informações contidas no SIGAS atualmente		“No início eram bem aquém do desejado, mas com algumas atualizações recentes estão melhores”.	
Problemas e dificuldades no atendimento das demandas		“Diferenças entre os valores previstos e realizados dos eventos. E também compreender a abrangência das informações solicitadas”.	
Obtenção de informações para atendimento		“Não são fáceis de obter. Certos tipos de despesas que não são faturadas dentro	³

³ Continua na próxima página

		do SIGAS são sempre consideradas valores realizados, apesar de nem sempre serem de fato. Dessa forma, informações acerca desse tipo de despesa são prestadas com ressalvas”.	
CENIN e CEDI no auxílio ao DECOM		“Principalmente o CEDI, nos pedidos de informações sobre gastos das Comissões, poderia esclarecer com o solicitante quais tipos de despesas ele realmente deseja saber”.	
Prazo de 20 dias previsto na Lei 12.527/2011		“Nem sempre é suficiente”.	
Custos envolvidos podem se tornar empecilhos		“Os custos podem sim se tornar um empecilho”.	